



BRIEF TEMÁTICO

BALANÇO DA **COP30**

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Produção: Comunítas e Plataforma Rede Juntos

Dezembro, 2025

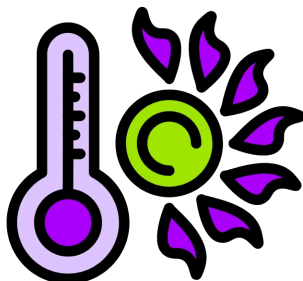
Lista de siglas

- Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)
- Aliança Global para Adaptação da Água (AGWA)
- Conferências das Partes (COPs)
- Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)
- Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)
- Fostering Investable National Planning and Implementation (FINI)
- Fund for responding to Loss and Damage (FRLD)
- Fundo de Investimento em Florestas Tropicais (TFIF)
- Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF)
- Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI)
- Inteligência Artificial (IA)
- Mecanismo de Financiamento de Observações Sistemáticas (SOFF)
- Meta Global de Adaptação (GGA)
- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)
- Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)
- Países com Florestas Tropicais (PFTs)
- Países Menos Desenvolvidos (PMD)
- Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID)
- Plano de Aceleração de Soluções (PAS)
- Planos Nacionais de Adaptação (PNAs)
- Water Resilience Tracker (WRT)
- World Resources Institute (WRI)

As mudanças climáticas já produzem efeitos sem precedentes na história recente. Segundo o AR6, relatório-síntese do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)¹, os últimos cinquenta anos foram os mais quentes dos últimos dois milênios, e cerca de **3,4 bilhões de pessoas** vivem hoje em contextos **altamente vulneráveis aos impactos do clima**. Esses efeitos são amplificados por desigualdades sociais, econômicas, étnico-raciais e de gênero, que tornam determinados grupos muito mais expostos e desprotegidos.

Entre 2010 e 2020, a **mortalidade** por enchentes, secas e tempestades foi **15 vezes maior** em regiões vulneráveis do que em regiões de baixa vulnerabilidade. Quase 500 mil pessoas morrem todos os anos devido ao calor, de acordo com o WRI (2025).

Diante desse cenário, as **Conferências das Partes (COPs)** se consolidam como espaços decisivos para coordenar esforços globais, fortalecer compromissos climáticos e orientar respostas à altura da crise em curso. E, pela primeira vez, o Brasil sediou uma das conferências: a COP30, realizada em Belém, que colocou a Amazônia no centro das negociações internacionais sobre o clima.



¹ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas que elabora Relatórios de Avaliação abrangentes sobre o estado do conhecimento científico, técnico e socioeconômico.

O que se esperava da COP30?

Após muitas promessas feitas em edições anteriores, esperou-se que a COP30, conhecida como a “COP da Implementação”, fosse marcada pela transição de **compromissos para ações concretas**, principalmente, em quatro grandes temas.

1. Avanços no financiamento climático

Depois da COP29, conhecida como a “COP do Financiamento”, os países definiram a meta de mobilizar **US\$ 1,3 trilhão por ano até 2035** para apoiar ações climáticas em países em desenvolvimento. Em seguida, foi decidido como alcançar esse volume de recursos.

Nesse contexto, surgiu o **Roteiro de Baku a Belém**, um plano conjunto das presidências da COP29 e da COP30 que buscou orientar o caminho para atingir essa meta durante as negociações da conferência em Belém. O objetivo era elevar o financiamento internacional de **US\$ 116 bilhões em 2022 para US\$ 300 bilhões anuais até 2035**, que, mesmo com tal ajuste, permanece distante das necessidades reais, como o déficit **estimado de US\$ 360 bilhões anuais apenas para adaptação**. Por isso, esperou-se que a COP30 incentivasse os países a apresentarem plataformas nacionais que alinhassem seus fluxos financeiros às metas climáticas e impulsionassem o plano.

2. Consolidação da agenda de adaptação

Segundo a *Global Commission on Adaptation*, um aviso emitido 24 horas antes de um evento extremo pode reduzir os impactos em cerca de **30%**, e, em países em desenvolvimento, esse tipo de investimento pode evitar perdas entre **3 e 16 bilhões de dólares por ano**. Por isso, esperava-se que a COP30 colocasse a adaptação no centro das decisões, reconhecendo que cada valor investido traz retornos significativos em proteção e resiliência.

Somado a isso, havia grande expectativa de que a conferência impulsionasse novas fontes de financiamento para a adaptação, seja na forma de subsídios ou de créditos com juros baixos, evitando o aumento da dívida dos países mais vulneráveis às mudanças climáticas. Além de **avanços na definição de indicadores** capazes de monitorar o progresso rumo à Meta Global de Adaptação do Acordo de Paris.

3. Entrega de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) ambiciosas

Em 2025 estava prevista a nova rodada de compromissos climáticos nacionais,

as chamadas **Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)**, que definiriam as ações dos países até 2035. Esperava-se que esse ciclo marcasse uma ascensão significativa da ambição global, essencial para manter viva a meta de **limitar o aquecimento a 1,5 °C** e garantir um futuro mais seguro e habitável.

Outro ponto importante era a expectativa de que mais países incorporassem explicitamente o papel de atores subnacionais – como cidades, estados e províncias – reconhecendo sua importância na implementação de políticas climáticas e na aceleração da transição energética.

4. Consolidação da agenda de adaptação

Por ter sido sediada na Amazônia, esperava-se que a COP30 promovesse avanços decisivos na agenda de proteção das florestas. Entre as expectativas, destacava-se a criação **de uma nova fonte relevante de financiamento** para conservá-las, **chamada de Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF)**.

Também se aguardava o cumprimento da promessa de **US\$ 1,7 bilhão** para apoiar Povos Indígenas e comunidades locais na garantia de seus direitos territoriais, reconhecidos como fundamentais para manter as florestas em pé.



Por fim, esperava-se o lançamento de mecanismos financeiros capazes de impulsionar a **restauração de terras degradadas**, fortalecendo a relação entre clima, natureza e manejo sustentável dos territórios.

PRINCIPAIS DEBATES

Financiamento climático

O financiamento climático esteve no centro das discussões da COP30, especialmente quanto ao apoio financeiro dos países desenvolvidos para que as nações em desenvolvimento possam se adaptar aos impactos cada vez mais graves das mudanças climáticas. Houve avanço importante na negociação: o texto final prevê triplicar os recursos destinados à adaptação, chegando a **US\$ 120 bi anuais até 2035**.

→ ***Fund for responding to Loss and Damage (FRLD)***:

O Fundo para Resposta a Perdas e Danos é uma entidade operacional no âmbito do mecanismo financeiro da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que visa atender às crescentes necessidades de comunidades vulneráveis dos países em desenvolvimento que enfrentam os impactos

irreversíveis das mudanças climáticas. Desde a criação do Fundo na COP27, o FRLD registrou promessas iniciais no valor de US\$ 768 milhões de 28 países. Destes, 22 países assinaram acordos de contribuição e, até 30 de junho de 2025, 19 já haviam liberado seus compromissos iniciais de financiamento. No site oficial do FRLD, é apontado que estão sendo realizados esforços para garantir que todas as promessas sejam convertidas em fundos suficientes até o final de 2025, embora o que já tenha sido visto durante a COP30 foi uma arrecadação muito menor do que a esperada.

NDCs 3.0

A COP30 marcou a entrega das NDCs 3.0, a terceira rodada das contribuições nacionalmente determinadas desde o **Acordo de Paris**, que devem ser progressivamente mais ambiciosas do que as anteriores. Segundo a UNFCCC, esta é considerada a última oportunidade para alinhar as emissões globais à trajetória necessária para limitar o aquecimento a 1,5°C. Até 28 de novembro de 2025, 124 países já haviam atualizado e submetido suas novas metas, mas ainda faltam 194 para concluírem o processo, de acordo com o Registro de NDCs da UNFCCC.

Planos Nacionais de Adaptação (PNAs)

Os Planos Nacionais de Adaptação (PNAs) são estratégias desenvolvidas pelos países,



especialmente em desenvolvimento, para reduzir sua vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas. Eles orientam ações de adaptação a médio e longo prazo, integrando a agenda climática às políticas públicas e garantindo que o planejamento seja feito com base em dados científicos. Os PNAs detalham prioridades e caminhos de implementação, sendo complementares às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), sendo temas que foram debatidos intensamente nas negociações da COP30. Os Planos também são instrumentos essenciais para que países consigam acessar o financiamento climático internacional.

Segundo relatório da UNFCCC, 144 países já iniciaram a elaboração de seus PNAs e 67 nações em desenvolvimento — incluindo 23 dos países mais pobres e 14 pequenos Estados insulares — já enviaram oficialmente seus planos à UNFCCC até 30 de setembro de 2025.

→ **Aliança de Implementação dos Planos Nacionais de Adaptação:** Para acelerar a implementação das ações previstas nos PNAs em larga escala, foi lançada, no âmbito da COP30, a Aliança de Implementação dos Planos Nacionais de Adaptação. Criada como um Plano de Aceleração de Soluções (PAS) dentro da Agenda de Ação² da presidência brasileira da COP30, a iniciativa tem como objetivos principais: mobilizar investimentos públicos e privados para as prioridades nacionais de adaptação; fortalecer plataformas nacionais de implementação, com liderança dos próprios países;

²A Agenda de Ação é o pilar da Convenção do Clima que mobiliza ações climáticas voluntárias da sociedade civil, empresas, investidores, cidades, estados e países para intensificar a redução das emissões, a adaptação às mudanças do clima e a transição para economias sustentáveis, conforme previsto no Acordo de Paris.

estimular a troca de conhecimento e escalar inovações em adaptação; dar mais transparência e continuidade à execução dos planos; e aumentar a conscientização global sobre a urgência da adaptação.

Potencial da água

A água vem ganhando centralidade nas negociações climáticas ao longo das últimas COPs. Na COP28, realizada em Dubai, a água foi escolhida como uma das áreas prioritárias, e na COP29, em Baku, esse movimento evoluiu com a publicação da Declaração sobre Água para Ação Climática, colocando de vez o tema no centro da agenda. Em Belém, durante a COP30, essa trajetória se confirmou com a inserção da água no quarto eixo da Agenda de Ação: “Construção de resiliência em cidades, infraestrutura e água”, no qual a gestão da água apareceu como um dos principais objetivos da presidência brasileira.

Essa escolha se fundamenta no reconhecimento de que a água é o elemento que conecta riscos e soluções climáticas. A Agenda de Ação da COP30 destacou adaptação e resiliência como pilares transversais que moldam o desenho, o financiamento e a implementação das transições sistêmicas necessárias para enfrentar a crise climática. Isso significa reconhecer que os impactos climáticos atravessam diversas áreas — como segurança alimentar, saúde pública, energia, ecossistemas e cidades — e a água está no centro de todos esses sistemas.

Desde padrões de chuva imprevisíveis até enchentes e secas extremas, a água impulsiona muitos dos desafios mais urgentes. Ao mesmo tempo, possui grande potencial para mitigação, seja reduzindo emissões, gerando energia renovável ou sequestrando carbono por meio da conservação de ecossistemas aquáticos.

Nesse contexto, a COP30 levantou novos debates sobre o quanto necessário é fortalecer a gestão hídrica para garantir resiliência climática. A chamada resiliência hídrica é a capacidade de sistemas, como cidades e concessionárias de água, de se adaptar e se recuperar diante de eventos adversos — desde desastres naturais até os efeitos das mudanças climáticas — garantindo segurança hídrica e manutenção dos serviços essenciais. Na prática, isso significa prevenir incêndios florestais, garantir irrigação para sustentar a produção agrícola, ampliar serviços de água e saneamento resilientes ao clima para proteger a saúde pública, melhorar a gestão de inundações e secas e restaurar ecossistemas e biodiversidade.

→ **Water Resilience Tracker (WRT):** Como entrega concreta da COP30, foi assinado um memorando de entendimento entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e a Aliança Global para Adaptação da Água (AGWA na sigla em inglês) para a implementação do Water Resilience Tracker (WRT) no Brasil.

O país se tornou o primeiro do mundo a aplicar integralmente essa ferramenta, que avalia a coerência entre políticas de recursos hídricos e de clima. O próximo passo é expandir o uso do WRT para o nível de bacias hidrográficas, permitindo conectar estratégias nacionais à implementação local e apoiando a mobilização de investimentos para adaptação.

Sistemas agroflorestais

O Brasil possui vastas áreas degradadas que podem ser recuperadas com sistemas produtivos sustentáveis, impulsionando a bioeconomia, garantindo segurança alimentar e combatendo a pobreza no campo. Nesse processo, a agricultura familiar — responsável pela maior parte dos alimentos consumidos pela população brasileira — desempenha papel estratégico ao promover a recuperação de florestas, a geração de emprego e renda e a preservação dos conhecimentos tradicionais e da sociobiodiversidade.



→ **Plano de Aceleração de Soluções (PAS) TERRA:** O plano busca ampliar sistemas agroecológicos e agroflorestais para restaurar solos e biodiversidade, aumentar o potencial de adaptação e mitigação climática e gerar mais renda e segurança alimentar no campo. A proposta reúne iniciativas existentes e acelera sua escala a partir de cinco alavancas estratégicas: fortalecimento de organizações de produtores; capacitação e co-inovação; *blended finance* para atrair capital público e privado; desenvolvimento de sementes nativas, bioinsumos e tecnologias sustentáveis; e agregação de valor e acesso a mercados, inclusive por meio de compras públicas.

→ **Programa Nacional Florestas Produtivas:** O programa reforça a visão de que manter a floresta em pé pode ser economicamente mais vantajoso do que degradá-la. Voltado ao desenvolvimento sustentável de comunidades rurais amazônicas, a iniciativa incentiva a recuperação de áreas degradadas por meio de sistemas agroflorestais que combinam restauração ambiental com geração de renda, apoiando a produção de alimentos saudáveis e produtos da sociobiodiversidade. O programa envolve assistência técnica, acesso ao crédito e financiamento para agroflorestas, priorizando cadeias como cacau, açaí, cupuaçu e maracujá.



Além de contribuir diretamente para a mitigação climática, o programa busca inverter a lógica histórica de expansão do desmatamento e demonstrar que áreas diversas e manejadas de forma sustentável podem ser mais rentáveis por hectare do que a pecuária convencional.

Sistemas de alerta precoce

Na COP30, os sistemas de alerta precoce apareceram como um dos temas centrais da agenda de adaptação, reforçando a ideia de que salvar vidas e reduzir perdas econômicas passa, necessariamente, por avisar as pessoas antes que o desastre aconteça. Um relatório de 2025 sobre a Posição Global dos Sistemas de Alerta Antecipado Multirrisco, lançado durante a conferência, mostrou que mais de 60% dos países já possuem algum tipo de sistema de alerta. Mesmo assim, os dados evidenciam grandes desigualdades: em 2024, os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) sofreram mais de **US\$ 6 bilhões em danos causados** por eventos, como o furacão Beryl e o ciclone Mocha, enquanto a mortalidade por desastres nos Países Menos Desenvolvidos (PMD) continua 2,5 vezes maior que a média global. Esses números reforçam a urgência de fortalecer e ampliar sistemas de alerta, sobretudo em territórios mais vulneráveis.



→ **Estratégia da iniciativa Climate Risk and Early Warning Systems (CREWS):** Em resposta a esse cenário, a COP30 foi palco do lançamento da Estratégia 2030 da CREWS, intitulada “Da Implementação à Transformação: Ampliando o Impacto da CREWS até 2030”. A estratégia estabelece uma meta de até 2030, para que todos os PMD e PEID contem com serviços essenciais de alerta precoce e de clima para proteger vidas, meios de subsistência e economias. Para viabilizar esse avanço, países como Luxemburgo, Mônaco, Noruega, Canadá, França, Reino Unido, Suíça, Finlândia e Alemanha anunciaram novos aportes financeiros à CREWS, enquanto Bélgica, Irlanda e Espanha destinaram recursos para fortalecer as observações meteorológicas de superfície por meio do Mecanismo de Financiamento de Observações Sistemáticas (SOFF).

Combate à desinformação

Pela primeira vez na história das conferências do clima, a integridade da informação entrou oficialmente na agenda. Brasil, Canadá, Chile, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Espanha, Suécia, Uruguai, Países Baixos e Bélgica firmaram a Declaração de Integridade da Informação sobre Mudanças Climáticas, um compromisso inédito para enfrentar a desinformação relacionada ao clima.



A declaração defende a adoção de medidas concretas para combater conteúdos falsos na internet e para proteger jornalistas, cientistas e pesquisadores que produzem informações baseadas em evidências e que, com frequência, se tornam alvo de ataques coordenados. Além disso, o Fundo Global para a Integridade da Informação sobre Mudanças Climáticas, ligado à iniciativa, recebeu 447 propostas de quase 100 países. Com um financiamento inicial de US\$ 1 milhão do Brasil, o Fundo já iniciou o apoio a sua primeira leva de projetos, sendo que quase dois terços das propostas vieram de países em desenvolvimento.

Novos temas estão sendo discutidos! A COP30 foi a primeira conferência climática da ONU onde a Inteligência Artificial (IA) foi formalmente integrada como um tema central na agenda oficial.

AVANÇOS E RESULTADOS

Declaração de Belém sobre Fome, Pobreza e Ação Climática Centrada nas Pessoas

A Declaração de Belém sobre Fome, Pobreza e Ação Climática Centrada nas Pessoas, adotada em 7 de novembro de 2025 com o endosso de 43 países e da União Europeia, é um compromisso internacional firmado durante a Cúpula de Líderes da COP30.



O documento busca colocar o **combate à fome e à pobreza no centro da agenda climática global**, destacando que os impactos da crise climática são desiguais e atingem de forma mais severa as populações pobres e vulneráveis.

Inspirada pela visão brasileira de enfrentar simultaneamente a pobreza, a fome e a emergência climática, a Declaração propõe uma abordagem que prioriza a adaptação centrada nas pessoas, com foco em medidas como proteção social adaptativa, seguros agrícolas e apoio à resiliência de pequenos produtores rurais.

Além disso, o texto defende que o **financiamento climático** seja direcionado a projetos que gerem emprego, renda e oportunidades para agricultores familiares, povos da floresta e comunidades tradicionais, reforçando o princípio de que o desenvolvimento sustentável deve colocar as pessoas no centro das soluções.

Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF)

O Fundo Florestas Tropicais para Sempre ou *Tropical Forests Forever Fund* (TFFF) foi uma iniciativa global inovadora lançada formalmente na COP30. O Governo do Brasil apresentou essa ideia pela primeira vez em novembro de 2023, na COP28, em Dubai, com o objetivo de apoiar cerca de 70 países que abrigam mais de 1 bilhão de hectares de florestas tropicais e subtropicais úmidas.

O Fundo será um mecanismo global permanente que utilizará os retornos de investimentos para valorizar os serviços ambientais prestados pelas florestas.



Ao recompensar os Países com Florestas Tropicais (PFTs) pela conservação e restauração desses ecossistemas, o TFFF promove uma mudança de paradigma: mais do que apenas evitar o desmatamento, reconhece e incentiva a manutenção das florestas em pé como ativo essencial para o equilíbrio climático e o desenvolvimento sustentável.

O TFFF também estabelece a participação de Povos Indígenas e Comunidades Locais (PICLs), garantindo a proteção de seus direitos e o respeito às suas formas de gestão florestal. O mecanismo prevê ainda que 20% dos recursos sejam destinados diretamente aos PICLs.

O braço de investimento da iniciativa é o chamado **Fundo de Investimento em Florestas Tropicais (TFIF)**, responsável por mobilizar e gerir recursos financeiros para financiar pagamentos anuais aos países. O TFIF tem objetivo de captar **US\$ 25 bilhões** em capital dos Países Soberanos Investidores (França, Alemanha, Noruega, Emirados Árabes Unidos e Reino Unido).

Até hoje, o projeto contou com o apoio de mais de 53 países e conseguiu arrecadar cerca de **US\$ 5,5 bilhões**, que serão pagos ao longo de dez anos, distribuídos entre Noruega (US\$ 3 bilhões), Indonésia (US\$ 1 bilhão), Brasil (US\$ 1 bilhão) e França (US\$ 500 milhões).

A Declaração apresenta **oito objetivos mensuráveis** e convoca a comunidade internacional e organismos especializados a implementar e acompanhar suas metas, com apoio do **Plano de Aceleração de Soluções (PAS)**.



Meta Global de Adaptação (GGA) e seus Indicadores

A Meta Global de Adaptação (GGA) representa o compromisso coletivo firmado no Artigo 7.1 do Acordo de Paris para aprimorar a capacidade de adaptação, fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade dos países diante dos impactos da mudança do clima. Após anos de negociações, esse compromisso ganhou contornos concretos na COP30, com a aprovação de um conjunto abrangente de **59 indicadores globais de adaptação**, considerados voluntários, não prescritivos e não punitivos.

O desenvolvimento dos indicadores envolveu um processo técnico extenso. Inicialmente, especialistas propuseram mais de 1.000 métricas potenciais, esse número foi sendo refinado ao longo das negociações — passando por cerca de 100 opções — até chegar ao conjunto final de 59 indicadores acordados em Belém.

Eles abrangem setores essenciais — água e saneamento, alimentação e agricultura, saúde, ecossistemas e biodiversidade, infraestrutura e assentamentos humanos, meios de vida e proteção do patrimônio cultural — além de temas transversais como financiamento, tecnologia e capacitação.

Embora marquem um avanço histórico para a adaptação no regime climático internacional, a adoção desses indicadores não garante automaticamente responsabilização ou aumento de investimentos.

Seu impacto dependerá de como os países irão incorporá-los em seus planos nacionais, sistemas de monitoramento e processos de tomada de decisão, transformando as métricas em políticas concretas de proteção às populações e territórios vulneráveis.

Foi acordado que os **Indicadores de Adaptação de Belém** passarão por uma revisão em 2029, como parte da atualização do Marco dos Emirados Árabes Unidos para a Resiliência Climática Global, após o segundo *Global Stocktake*. Essa atualização permitirá ajustes e aprimoramentos contínuos, mantendo a GGA alinhada à ciência e à prática internacional.

→ **Visão Belém–Addis sobre Adaptação:** Estabelece um processo de dois anos para alinhar políticas de adaptação climática entre os países e transformar a adaptação em uma agenda mais concreta, mensurável e verificável. Seu principal objetivo é desenvolver orientações comuns para a implementação dos Indicadores de Adaptação de Belém, que servirão como base para monitorar se as ações climáticas estão realmente protegendo as populações e os ecossistemas mais vulneráveis. O trabalho será conduzido conjuntamente pelos órgãos subsidiários da Convenção, com apoio de uma força-tarefa técnica responsável por aprimorar metodologias e dados associados aos indicadores, permitindo maior comparabilidade e transparência nos avanços globais em adaptação até 2027.



→ ***Fostering Investable National Planning and Implementation (FINI)***: Iniciativa global criada para tornar os planos nacionais de adaptação mais atraentes e viáveis para investimentos, acelerando a implementação de ações de resiliência climática em escala. Lançada oficialmente durante a COP30, ela foi fundada pelo Centro de Resiliência Climática do *Atlantic Council*, pelo *Natural Resources Defense Council* e parceiros como a Força-Tarefa de Financiamento da Agenda de Adaptação de Sharm El-Sheikh. A iniciativa reconhece que, apesar de já existirem ferramentas financeiras, análises de risco e conhecimento técnico para adaptação, muitos países enfrentam dificuldades em transformar seus PNAs em projetos que consigam atrair financiamento e canalizar recursos de forma eficiente. Até 2028, a iniciativa pretende mobilizar até US\$ 1 trilhão para adaptação, com pelo menos 20% de participação do setor privado, a partir de soluções de *blended finance* (combinação de recursos públicos e privados).

Global Mutirão: Uniting humanity in a global mobilization against climate change

Aprovado no último dia da COP30, o **Mutirão Global: Unindo a humanidade em uma mobilização global contra a mudança do clima** (tradução em português) tornou-se um dos principais marcos do Pacote Final de Belém³.

³ O Pacote de Belém é o conjunto final de decisões aprovado pela COP30 em Belém, no Pará — adotado por consenso por 195 países — reúne 29 documentos que definem o rumo da governança global do clima para os próximos anos.

Celebrando os 10 anos do Acordo de Paris, o documento representa um apelo direto para que governos, empresas, instituições financeiras e sociedade civil atuem conjuntamente no enfrentamento à crise climática.

O *Global Mutirão* estabelece uma meta ambiciosa: **ampliar o financiamento climático** destinado a países em desenvolvimento para pelo menos **USD 1,3 trilhão ao ano até 2035**, com recursos de fontes públicas e privadas. O texto ressalta que, nesse esforço, os países desenvolvidos devem assumir a liderança, garantindo também um caminho seguro para alcançar a mobilização de **pelo menos USD 300 bilhões anuais até 2035 especificamente para ações de adaptação**.

O documento também reconhece e incentiva avanços em adaptação: celebra os 71 países que já apresentaram seus NAPs — 60 deles em desenvolvimento — e convoca os demais a entregarem seus planos até 2025, com a expectativa de que todos os países implementem essas estratégias até 2030.

Outro destaque do *Global Mutirão* é o lançamento da **Missão Belém para 1,5°C**, instrumento de cooperação que buscará acelerar a implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e dos próprios NAPs. A missão irá promover cooperação internacional e atração de investimentos para mitigação e adaptação, com um relatório final previsto para a reunião das partes do Acordo de Paris, consolidando os avanços desse novo ciclo de implementação.



PENDÊNCIAS E DESAFIOS

Mapas do Caminho

Uma das principais ambições da presidência brasileira era que a COP30 deixasse um legado claro para o futuro: a elaboração de **Mapas do Caminho (roadmaps), com dois objetivos centrais: encerrar o desmatamento e acelerar o fim da dependência global de combustíveis fósseis**. A proposta se destacou nas negociações e chegou a conquistar apoio formal e informal de **mais de 80 países**, incluindo França, Reino Unido, Suécia, Dinamarca e Colômbia.

No entanto, o trecho referente ao **fim dos combustíveis fósseis** se tornou um dos pontos mais sensíveis e polarizadores de toda a conferência. Países como Arábia Saudita, Índia e China, grandes produtores e consumidores de petróleo, gás natural e carvão, se colocaram frontalmente contra a inclusão do tema no documento *Global Mutirão*.

Mesmo com protestos de países europeus e latino-americanos, prevaleceu a posição dos países árabes.

Assim, menções aos combustíveis fósseis e aos Mapas do Caminho desapareceram dos rascunhos finais, e o documento aprovado no encerramento da COP30 não contém nenhuma referência explícita à eliminação dos fósseis, uma ausência que foi amplamente criticada por especialistas e sociedade civil.

O resultado foi uma solução mínima: o documento final traz apenas **referências indiretas** à necessidade de alinhar sistemas energéticos às metas climáticas. A proposta do Brasil não avançou, tornando-se o principal ponto pendente de Belém.

Apesar disso, o governo brasileiro e aliados já sinalizaram que a agenda não morreu. O presidente da COP30 anunciou que pretende **retomar as conversas em março de 2026**, em um encontro na Colômbia, para construir uma proposta alternativa, que possa servir como rota recomendada, ainda que não vinculante. Como o Brasil segue na presidência da COP até novembro de 2026, há expectativa de que o tema retorne com força ao centro das negociações internacionais nos próximos meses.

Baixa garantia de cumprimento das metas financeiras

Apesar de ter avançado na definição de metas para ampliar o financiamento climático, a COP30 terminou **sem mecanismos robustos** que garantam a entrega efetiva desses recursos ao longo da próxima década. O documento final não responsabiliza diretamente os maiores emissores históricos, como Estados Unidos, China e Índia, nem **fixa obrigações financeiras concretas** proporcionais à responsabilidade climática destes países.

Na Meta Global de Adaptação, a decisão de triplicar o financiamento até 2035 foi celebrada como avanço, mas também recebeu críticas por estender o prazo que antes estava alinhado a 2030. Especialistas apontam que esse adiamento aumenta o risco de uma resposta insuficiente em um momento de intensificação dos desastres climáticos.

Além disso, as decisões **não incluem instrumentos** claros de execução, monitoramento e cobrança de resultados. Sem clareza sobre quem paga, quanto paga e quando paga, as metas aprovadas podem continuar como declarações aspiracionais, não como compromissos que garantam investimentos reais onde eles são mais urgentes.

Esse cenário ocorre em um contexto internacional marcado por **tensões geopolíticas crescentes** e prioridades orçamentárias divergentes. O mundo vive hoje a maior corrida armamentista desde o fim da Guerra Fria, com guerras em curso na Ucrânia e na Faixa de Gaza e tensões militares da Europa à Ásia. Em 2024, **os gastos militares globais somaram US\$ 2,718 trilhões**, o maior valor já registrado pelo Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI), com crescimento anual de 9,4%, e os Estados Unidos responsáveis por quase US\$ 1 trilhão desse total.

Assim, o principal desafio pós-COP30 será transformar as metas definidas em responsabilização real, com fluxos de recursos previsíveis, escaláveis e compatíveis com o tamanho do problema — algo que ainda demanda forte engajamento político dos países envolvidos nos próximos anos.

Perspectivas para a COP31

O Brasil segue na presidência do processo multilateral até novembro de 2026, mantendo ainda papel central na condução das negociações climáticas globais ao longo do próximo ano. Com esse protagonismo, a presidência brasileira apresentou dois Roteiros de Belém, que deverão orientar a agenda até a COP31:

- **Roteiro de Florestas e Clima:** articulação global para deter e reverter o desmatamento, com foco na proteção de biomas e comunidades tradicionais.
- **Roteiro de Transição dos Combustíveis Fósseis:** discussão sobre os desafios econômicos, fiscais e sociais da transição energética e sobre como escalar soluções de baixo carbono no mundo.

A **Turquia** será a anfitriã oficial da COP31, enquanto a **Austrália** assumirá a presidência das negociações. Antes da conferência, será realizado um encontro preparatório (pré-COP) em uma ilha do Pacífico, reforçando a centralidade das vulnerabilidades climáticas insulares no debate global. Assim, a expectativa para a COP31 é que o mundo apresente avanços concretos em:

- fortalecimento da implementação das NDCs, com aumento de ambição climática;
- expansão efetiva do financiamento climático, com maior previsibilidade e escala;
- formalização e avanço dos Mapas do Caminho para o fim da dependência de combustíveis fósseis e do desmatamento;
- consolidação do Fundo de Perdas e Danos, especialmente no acesso pelos países mais vulneráveis;
- monitoramento e implementação acelerada dos Planos Nacionais de Adaptação;
- aprofundamento das discussões sobre comércio verde e competitividade climática.



Checklist para lideranças públicas

- ☒ Seu território já possui **Plano de Adaptação** ou estratégia para eventos climáticos extremos?
- ☒ Quais **populações e áreas mais vulneráveis** já foram identificadas e priorizadas?
- ☒ Existe **mapa de risco climático** atualizado, com plano de resposta rápida?
- ☒ Há planejamento para **continuar serviços essenciais** (água, saúde, energia) durante enchentes, ondas de calor ou secas?
- ☒ O município/estado já **acessou recursos** federais, internacionais ou privados para adaptação?
- ☒ O território possui **inventário de emissões** atualizado e metas de redução?
- ☒ Há estratégias para **reduzir a dependência de combustíveis fósseis** no transporte e na geração de energia?
- ☒ Já existe um **plano de mobilidade sustentável** com foco em transporte coletivo e ativo?
- ☒ A gestão já avaliou **oportunidades de financiamento** via bancos de desenvolvimento, fundos internacionais e parceiros privados?



✓ Há políticas para **zerar desmatamento** e recuperar áreas degradadas?

✓ O planejamento urbano considera **soluções baseadas na natureza** (parques lineares, drenagem sustentável, agroflorestas urbanas)?

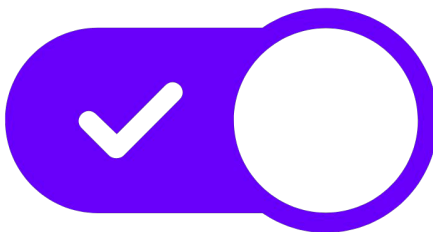
✓ O território possui estratégia de **produção sustentável**, com apoio a agricultores familiares e bioeconomia?

✓ Existe **comitê** ou **estrutura de governança** intersetorial para a pauta climática?

✓ A sociedade, juventude, povos tradicionais e setor privado **participam das decisões**?

✓ Quais **indicadores climáticos** o território já monitora? Eles estão alinhados à Meta Global de Adaptação?

✓ O governo publica **dados abertos** e presta contas sobre resultados ambientais?



Referências bibliográficas

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). Planejamento hídrico para o futuro: ANA apresenta avanços do Water Resilience Tracker na COP30.

CLIMA INFO. Fundo de Perdas e Danos já tem US\$ 250 milhões em pedidos. 2025. Acesso em 28 de novembro de 2025.

COMUNITAS. Guia para o Enfrentamento às Emergências Climáticas: Estratégias de Colaboração Público e Privada. Acesso em 28 de novembro de 2025.

COP30. Novo relatório da UNFCCC mostra que países estão acelerando a implementação dos Planos Nacionais de Adaptação. Acesso em 25 de novembro de 2025.

COP30. Presidência da COP30 e parceiros lançam aliança para ampliar a implementação da adaptação. Acesso em 25 de novembro de 2025.

KAREN SILVERWOOD-COPE (WRI). Roadmap para US\$ 1,3 trilhão: avanço político, mas não a solução completa. 2025. Acesso em 28 de novembro de 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR. MDA lança plano de ação que aponta agroecologia e agrofloresta como solução para a crise climática. Acesso em 01 de dezembro de 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR. Plano TERRA: Juntos pela Expansão da Agroecologia e Agrofloresta Resiliente e Restaurativa. Acesso em 01 de dezembro de 2025.

ONU NEWS. Declaração histórica firmada na COP30 prioriza combate à desinformação climática. Acesso em 25 de novembro de 2025.

REDE JUNTOS. Tudo o que está acontecendo na COP30. Acesso em 25 de novembro de 2025.

TROPICAL FOREST FOREVER FACILITY. Sumário Executivo (Português). TFFF – Um mecanismo de financiamento inovador para promover a conservação florestal a longo prazo e em escala Nota Conceitual 3.0.



UNITED FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC).

Baku to Belém Roadmap to 1.3T. Acesso em 01 de dezembro de 2025.

UNITED FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC).

Global Mutirão: Uniting humanity in a global mobilization against climate change.

UNITED FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC).

Global Stocktake. Acesso em 01 de dezembro de 2025.

UNITED FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC).

Matters relating to adaptation – Global goal on adaptation.

UNITED FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC).

Nationally Determined Contributions (NDCs). Acesso em 01 de dezembro de 2025.

UNITED FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC).

NDC 3.0. Acesso em 01 de dezembro de 2025.

UNITED FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). Progress in the process to formulate and implement national adaptation plans. Acesso em 25 de novembro de 2025.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION AND WORLD

METEOROLOGICAL ORGANIZATION (2025). Global Status of Multi-Hazard Early Warning Systems. Geneva, Switzerland.

VEJA. Gastos militares e corrida armamentista têm a maior alta desde a Guerra Fria, diz relatório. Acesso em 01 de dezembro de 2025.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. CREWS Launches 2030 Strategy at COP30 to Scale Early Warnings for All. Acesso em 01 de dezembro de 2025.



Expediente

Pesquisa e Redação

Beatriz Raponi Vence Rey
Analista de Inovação

Revisão

Dayane Reis
Diretora de Conhecimento, Comunicação e Inovação

Caroline Bondim Cotta
Coordenadora-Geral de Conhecimento, Comunicação e Inovação

Isabela Araujo
Coordenadora de Comunicação

Diagramação

Eduardo Rabello

Como citar: COMUNITAS. Brief Temático Balanço da COP30
- Perspectivas para o Futuro. Dezembro, 2025.

Este relatório foi produzido a partir das resoluções das negociações até 1 de dezembro de 2025.

COP30
BRASIL
AMAZONIA
BELÉM 2025

REDE
JUNTOS

